



**A CONVIVÊNCIA DAS RACIONALIDADES CAMPONESA E ECONÔMICA NUM
ASSENTAMENTO DO MST: SEMEANDO QUESTÕES SOBRE O TRABALHO**

*THE COEXISTENCE OF PEASANT AND ECONOMIC RATIONALITIES IN A MST
SETTLEMENT: SOWING QUESTIONS ABOUT WORK*

LA COEXISTENCIA DE LAS RACIONALIDADES CAMPESINA Y ECONÓMICA EN UNO
ASENTAMIENTO DE MST: SEMBRANDO PREGUNTAS SOBRE EL TRABAJO

Mariana Fernandes da Cunha Loureiro Amorim

marifclamorim@gmail.com

UFPE

Débora Coutinho Paschoal Dourado

dcpdourado@gmail.com

UFPE

Danielle de Araújo Bispo

daniellefederal@gmail.com

UFPE

A CONVIVÊNCIA DAS RACIONALIDADES CAMPONESA E ECONÔMICA NUM ASSENTAMENTO DO MST: SEMEANDO QUESTÕES SOBRE O TRABALHO

Resumo

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem angariado diversas conquistas na consolidação de assentamentos pela reforma agrária no estado de Pernambuco. Nos assentamentos, o MST propõe uma forma de organização do trabalho peculiar, regida por lógicas diversas daquelas presentes nas agroindústrias. Isso instigou a curiosidade de conhecer qual a realidade de trabalho dos assentados rurais, em termos de representação e vivência. A metodologia escolhida para conhecer essa realidade foi o estudo qualitativo básico ou genérico. Além da pesquisa bibliográfica e documental, foram realizadas entrevistas não-estruturadas e observação não-participante como métodos de coleta de dados primários no assentamento Chico Mendes III, localizado na Região do Litoral Norte pernambucana. A interpretação dos dados obtidos foi feita através da análise de conteúdo e a comparação própria desta análise se deu entre categorias relacionadas ao referencial sobre campesinato e a realidade dos assentados. O artigo pôde apontar a presença da racionalidade camponesa dentro dos assentamentos, hibridizada com a racionalidade econômica. O trabalho do assentado se destaca como diferente por elementos como: autonomia, alternatividade, não instrumentalização do trabalho e união com a dimensão do lazer e do prazer.

Palavras-chave

Organização do Trabalho. Racionalidade Camponesa. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Abstract

The Landless Rural Workers Movement (MST) has raised several achievements in the consolidation of settlements for agrarian reform in Pernambuco, Brazil. In these settlements, the MST proposes a peculiar form of work organization, which is guided by a logic that is different from the one presented by agricultural industries. This fact stimulated the curiosity about rural settlers' work and reality. The method chosen was the basic or generic qualitative research. In addition to bibliographical and documental researches, non-structured interviews and non-participant observations were made as a method of data collection in Chico Mendes III settlement, which is located in Pernambuco's North Coast. The analysis of data was made through Content Analysis. The study point out the presence of peasant rationality within settlements, hybridized with an economic rationality. The settler's work stands out as different because of elements such as: autonomy, alternativity, non-instrumentality, and union with leisure and pleasure dimensions.

Keywords

Work organization. Peasant rationality. Landless Rural Workers Movement.

Resumen

El Movimiento de los Trabajadores Rurales sin Tierra ha avanzado mucho en la lucha por la consolidación de los asentamientos en el estado de Pernambuco. El MST propone, en estos asentamientos, una organización del trabajo singular, regida por una lógica diversa de la defendida por la agroindustria. Esto incitó la curiosidad acerca de la realidad del trabajo en los asentamientos, en términos de representación y vivencia. La metodología elegida para conocer esta realidad fue el estudio cualitativo básico o genérico. Además de la investigación bibliográfica y documental, fueron realizadas entrevistas no estructuradas y observaciones no participantes como métodos de colecta de datos primarios en el asentamiento Chico Mendes III, localizado en el Litoral Norte de Pernambuco. La interpretación de los datos obtenidos fue hecha por análisis de contenido y la comparación propia del análisis se dio entre categorías relacionadas al referencial sobre campesinado y la realidad de los asentados. El artículo apuntó la presencia de la racionalidad campesina en los asentamientos, mezclada con la racionalidad económica. El trabajo del asentado se destaca como diferente por elementos como: autonomía, alternatividad, no instrumentalización del trabajo y unión con la dimensión del ocio y placer.

Palabras-clave

Organización del Trabajo. La racionalidad campesina. Movimiento de los Trabajadores Rurales sin Tierra.

Preparando a terra

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem angariado diversas conquistas no estado de Pernambuco, particularmente na consolidação de assentamentos pela reforma agrária.

Nos assentamentos, o MST propõe uma forma de organização do trabalho peculiar, regida por lógicas diversas daquelas presentes nas agroindústrias. Ora trabalhar com a terra, ora se dedicar às atividades do coletivo, incluindo outras faces da vida social, como ócio e lazer em meio a suas vidas.

O trabalho e a vida nos assentamentos parecem possuir formas diferentes. Isso instigou a curiosidade sobre sua significação. Portanto, o objetivo desta pesquisa é descrever a realidade dos trabalhadores rurais, em termos de representação e vivência do trabalho do assentado rural no campo, ressaltando suas especificidades. Para tanto, estudou-se o assentamento Chico Mendes III, localizado na Região do Litoral Norte pernambucana. As 55 famílias que foram assentadas através da mediação do Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra (MST), vivenciam um processo de organização peculiar, numa proposta de organização do trabalho diversa, se não contraditória, em relação àquela existente na agroindústria (MST, 2009c).

Para alcançar seus objetivos, este trabalho se propõe a investigar, através de moradores de um assentamento do MST, a relação que estabelecem com o sistema produtor dominante e com a experiência dentro do assentamento, relacionada a formas de trabalho regidas por outros valores – que demonstram acima de tudo, novas possibilidades de produção de organizar.

Busca-se contribuir para ampliação e qualificação das discussões acerca das variadas formas de trabalho alternativas àquelas presentes dentro de uma lógica empresarial, limitada aos desígnios do mercado, além de identificar como a organização do trabalho no Assentamento, que se propõe a existir sobre bases da solidariedade e de uma racionalidade mais substantiva, resiste ao mesmo tempo em que se relaciona com o mercado e com sua lógica econômica.

Ao mostrar outras possibilidades para o organizar, busca-se romper com o pensamento que elege a lógica do gerencialismo do mercado como única fonte de informação sobre as práticas organizacionais. Torna-se então um desafio mostrar que aos diversos contextos de relações sociais estabelecem-se variadas formas organizativas do trabalho, regidas por diferentes racionalidades, abrindo um novo leque de possibilidades para o próprio rumo da administração sem, contudo, reduzir o trabalho a lógicas correspondentes.

As sementes

Para melhor compreender o sentido do trabalho dos assentados do Chico Mendes III, é necessário, primeiramente, enfatizar as particularidades do trabalho do camponês em contraposição ao trabalho do proletário urbano ou rural. Neste sentido, serão analisadas as transformações ocorridas no trabalho do camponês e no proletário na contemporaneidade e serão contrastadas a racionalidade econômica (GORZ, 2003) e a racionalidade camponesaⁱ (CHAYANOV apud CARVALHO, 2005).

O estudo dessas dimensões de trabalho conflitantes é essencial para o entendimento de como se relacionam, se reproduzem e se recriam na prática dos assentados. Essa análise se torna

possível na medida em que, em suas trajetórias de vida, a maioria dos assentados teve contato com o trabalho proletário rural e urbano, e ainda com o emprego precário, informal, ou o próprio desemprego.

Trabalho e emprego na contemporaneidade

São as atividades de transformação da natureza aquelas que Marx considera como trabalho. É pressuposto essencial deste autor o fato de que os homens precisam transformar constantemente a natureza para poderem existir. É a partir do trabalho que o ser humano se faz um ser social (LESSA; TONET, 2008).

Para Marx (1983, P. 153):

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e Natureza, condição natural eterna da vida humana, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais.

Entretanto, mesmo que exponha este conceito de trabalho eterno, universal, Marx (1983) afirma a insuficiência desta abordagem que considera o trabalho independente de qualquer forma social determinada para realizar uma crítica ao capitalismo. Pois essa crítica depende da consideração das alienações produzidas a partir da conversão da força de trabalho em mercadoria (LESSA, 2007).

Deve-se estar ciente de que existem, no mínimo, duas formas de se referir ao trabalho, que serão foco deste artigo. A primeira delas é a dimensão histórica do trabalho sob a égide do sistema do capital hoje, que é a forma abstrata, assalariada e estranhada. A segunda é a categoria universal de trabalho (intercâmbio eterno do homem com a natureza, condição da vida social em qualquer sistema produtivo, trabalho concreto produtor de valores de uso), da qual o trabalho abstrato é apenas uma das particularizações históricas (LESSA, 2007).

Um paralelo entre essas visões apóia que uma distinção entre trabalho e emprego também é importante. Entende-se por trabalho uma condição ineliminável da existência humana enquanto o emprego será entendido como uma construção histórica (ORGANISTA, 2006), um recurso que permite o acesso a renda e ao consumo (ALBORNOZ, 2008).

A concepção histórica do trabalho se alterou com o passar do tempo e com a própria participação do trabalho como fator decisivo na sociedade. Existe uma relação entre a técnica do trabalho de um lado e a estrutura total da sociedade, de outro, assim como entre as transformações ocorridas na civilização ocidental e a organização racional do trabalho (GUERREIRO RAMOS, 2009).

É no Renascentismo que esfera do trabalho e de muitas outras da vida humana, começam a passar por um processo de racionalização. A racionalização do trabalho se remete aos aspectos quantitativos e abstratos do trabalho, assim como à instauração de uma ordem que se baseia na calculabilidade dos atos humanos. Além disso, a racionalização se revelou como uma forma de submeter o operariado, exaltando a idéia de aproveitamento e de exploração da força de

trabalho e do homem como meio capaz de garantir dominação da natureza (GUERREIRO RAMOS, 2009).

Se o processo de trabalho inicialmente era individual e o trabalhador reunia em si todas as funções para executar determinada tarefa, com o advento do capitalismo, essas funções vão continuamente ser separadas e o trabalhador passará a ser controlado. O produto do trabalho deixa de ser um produto individual para transformar-se em um produto social, fruto de um trabalhador coletivo (LESSA, 2007).

É por isso que Albornoz (2008) define o trabalho na contemporaneidade como um esforço coletivo, no contexto de um mundo industrial e automatizado, onde o produtor não possui, detém, ou domina os meios de produção. O ambiente de moradia não é mais o ambiente de trabalho; os tempos de lazer (liberdade/espontaneidade) e de trabalho (necessidade/obrigatoriedade) também estão dissociados; e o processo de produção foi dividido (ALBORNOZ, 2008).

É, contudo, na chamada era moderna, que assistimos a uma mudança significativa na relação do homem com seu trabalho. Gorz (2003) afirma que o trabalho passa a ser visto como sinônimo de emprego e associado a uma racionalidade econômica, sendo incapaz de promover o desenvolvimento pessoal do sujeito. A racionalidade econômica é definida por Gorz (2003) como aquela que tem por objetivo economizar e que, por isso, necessita que os fatores com os quais se relaciona sejam mensuráveis, calculáveis e previsíveis. Além disso, o tempo de trabalho economizado, dentro desta racionalidade, só pode ser encarado como tempo disponível para a produção adicional de riquezas.

Esse trabalho (entendido como emprego) deveria encontrar um lugar subordinado em um projeto de vida ideal. Torna-se, portanto, necessário o aumento do tempo livre, que é considerado propriamente o “avesso” do tempo de trabalho, e que permitiria que as pessoas

Gorz é apenas um dos autores que apontam para o fim da centralidade do trabalho. Entretanto, por mais que o ser humano esteja para além das necessidades físicas, é impossível prescindir delas e do trabalho enquanto intercâmbio com a natureza. A possibilidade de uma sociedade sem trabalho só pode ser fruto da redução do trabalho concreto ao trabalho abstrato e da confusão entre trabalho e emprego (ORGANISTA, 2006).

Além disso, o trabalho tem uma importância decisiva no posicionamento do homem na sociedade e no universo (GUERREIRO RAMOS, 2009). Inclusive, a produção simbólica continua construindo valores que vinculam, ao menos no Brasil, o trabalho a um dever moral. As transformações no mundo do trabalho cada vez mais afetam outras esferas da vida social, pois é pelo trabalho que os sujeitos se reconhecem como agentes sociais moralmente aceitáveis (ORGANISTA, 2006).

É o trabalho (mas não necessariamente o emprego, o trabalho formal) que permite a construção de sonhos que se remetem para além dele próprio (ORGANISTA, 2006).

É por isso que Antunes (2002) considera, ainda, essencial a luta pelo direito ao trabalho, não porque, sempre segundo o autor, se cultue o trabalho assalariado abstrato, mas porque no sistema do capitalismo vigente, estar fora do universo do trabalho significa uma brutalização ainda maior do que a impingida àquelas vivenciadas pelos que estão empregados.

A compreensão do trabalho enquanto mercadoria é importante justamente porque se contrapõe ao significado do trabalho camponês. Neste sentido, as definições dadas não são suficientes para compreender o próprio trabalho camponês, que possui particularidades próprias, que serão elucidadas nas próximas sessões. Contudo, pareceram úteis para mostrar o que o trabalho num movimento social não é. Assim, a primeira das próximas sessões tratará da persistência e resistência da categoria camponês no capitalismo, enquanto que a segunda discutirá as particularidades presentes no próprio processo de trabalho camponês.

O trabalho do camponês

A agricultura camponesa em todas as suas variantes tem especificidades relacionadas aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e a sua forma de inserção na sociedade global. Hebéte (2005, p. 94), faz uma boa definição desse modo de vida do camponês tradicional:

Os camponeses são produtores livres de dependência pessoal direta - são 'autônomos'; sua sobrevivência de homens livres lhes impõe laços de solidariedade cuja quebra ou enfraquecimento ameaçam seu modo de vida; esses laços mais primários são os de parentesco e vizinhança que os levam a procurar se agrupar em 'comunidade'; a busca de sua permanência em reprodução numa mesma 'terra' [...], traduzidas como apego à terra, é marca do sucesso de seu modo de vida e a fonte de seu cuidado com seu ambiente (grifos do autor).

O rendimento da organização camponesa seria determinado com base nas necessidades da família enquanto unidade de consumo e não poderia ser considerado como 'lucro'. Logo, não haveria nenhuma relação direta entre o desempenho do trabalho e o nível de consumo, de forma que todos os membros da família, mesmo quando não estão na unidade de trabalho, recebem o necessário a sua reprodução (GARCIA JÚNIOR, 1983).

Desta forma, os camponeses estariam centrados na reprodução familiar. É neste sentido que Chayanov (apud CARVALHO, 2005) afirma que a organização camponesa não sofre influência de determinações como lucro, renda da terra ou salário, que não existe, neste sentido, uma dimensão econômica que tenha que ser atingida. Essa forma de pensar, segundo o autor, seria gerada a partir de uma racionalidade camponesa, ou seja, de uma especificidade no comportamento da economia camponesa, diverso daquele presente em empresas capitalistas (CHAYANOV apud SILVA et al., 2009).

Dentro das estratégias para alcançar o objetivo da reprodução familiar podem co-existir atividades dentro e fora do estabelecimento familiar - e isso não descaracteriza a unidade como camponesa. Assim, para Wanderley (1996, p. 6) é importante salientar que

a pluriatividade e o trabalho externo de membros da família não representam necessariamente a desagregação da agricultura camponesa, mas constituem [...] elementos positivos, com o qual a própria família pode contar para viabilizar suas estratégias de reprodução presentes e futuras

Uma segunda estratégia de reprodução do modo de vida camponês a ser destacada é relativa à transmissão do patrimônio. Isso é feito para superar a dificuldade de garantir aos filhos casados as mesmas condições de existência dos pais, uma vez que muitas vezes a propriedade original vai se fracionando. Assim, os primeiros filhos, ao se casarem, vão procurar outras

formas de obter a subsistência (do que muitas vezes resulta a migração), ficando a unidade doméstica de origem como retaguarda para eventuais dificuldades e inclusive necessidade de retorno. O último filho ao casar ficaria, geralmente, com a casa paterna. Ocorre assim uma espécie de distribuições de papéis, na qual parte dos filhos migra para outras atividades, transformando-se para categorias sociais não camponesas. Isso funciona, para Garcia Júnior. (1983), como mais uma estratégia da família camponesa de sobrevivência e de reprodução do modo de vida camponês, na medida que promove, ainda que parcialmente, a manutenção da atividade para os filhos que continuam na mesma.

Por fim, pode-se destacar que as estratégias da família camponesa são orientadas para garantir que o esforço da geração atual seja passado para a geração seguinte, na forma de um patrimônio familiar (WANDERLEY, 1996). Assim, "para além da garantia da sobrevivência no presente, as relações no interior da família camponesa têm como referência o horizonte das gerações, isto é, um projeto para o futuro" (WANDERLEY, 1996, p. 4).

O fato de se preocuparem com o patrimônio familiar não significa que os a produção camponesa tenha uma produção centrada no lucro, uma vez que isso entraria em conflito com o elemento central da sua racionalidade que é a reprodução familiar, ou seja, as necessidades familiares (CARVALHO, 2005). Todavia, o fato de se preocupar predominantemente com a reprodução familiar não pode significar que a produção camponesa seja uma agricultura de subsistência (WANDERLEY, 1996; GARCIA JÚNIOR, 1983).

Por dois motivos a denominação "agricultura de subsistência" para descrever o campesinato incorre em erro: i) Mesmo que contenha o elemento da subsistência, na agricultura camponesa, não importa somente a garantia da sobrevivência imediata, mas também a constituição, preservação e crescimento de um patrimônio familiar (WANDERLEY, 1996); ii) a denominação "subsistência" nos leva a considerar uma ausência de leis econômicas e de mediações do mercado na forma organizativa camponesa (GARCIA JÚNIOR, 1983).

O mercado encontra-se numa posição diferenciada em relação a outras produções, uma vez que nem toda produção do camponês é diretamente mercantil. Há a presença simultânea no roçado de uma lavoura comercial, própria para fins mercantis, e uma lavoura de subsistência, cuja marca é a alternatividade, ou seja, essa lavoura pode tanto ser consumida quanto vendida. A coexistência desses dois tipos de lavoura e a predominância da lavoura de subsistência ocorre porque a lógica do camponês é de atender ao consumo doméstico e reproduzir as condições sociais de produção e da reprodução familiar (GARCIA JÚNIOR, 1983).

A lavoura de subsistência seria predominante uma vez que envolveria menor risco para a reprodução do grupo doméstico, pois a alternatividade permitiria atuar diante das flutuações dos preços de mercado. Nessas lavouras, o trabalho camponês pode ser considerado como criador de um valor de uso, expresso pela produção daquilo que garante a sobrevivência da família, e que é consumido, e não trocado, pela mesma (GARCIA JÚNIOR, 1983).

As lavouras comerciais, por sua vez, têm seu próprio valor de uso expresso pelo seu valor de troca, isto porque dá acesso a produtos necessários à reprodução familiar e que não são produzidos internamente. Essa racionalidade nos leva a perceber que não há falta de percepção ou de sensibilidade em relação ao mercado, mas uma forma específica de lidar com o mesmo (GARCIA JÚNIOR, 1983).

Pode se observar que o modo de vida camponês, graças às características acima citadas, possui certa autonomia econômica. Wanderley (1996) salienta que essa autonomia, entretanto, deve ser considerada como relativa, uma vez que certos elementos originariamente externos a ela, nela são introduzidos por imposições do conjunto da sociedade global. Os sistemas utilizados pelas famílias camponesas, portanto, não podem evitar a fragilidade própria dessa forma de agricultura, nem as situações emergenciais, de grande miséria ou de crises (WANDERLEY, 1996).

Para compreender o campesinato é importante notar que aqueles que são assim chamados constituem um segmento heterogêneo que só pode ser compreendido dentro de determinado tempo e estrutura social (SHANIN, 2005). É válido, portanto, ressaltar que o campesinato ao qual este artigo se refere, e que persiste no campo brasileiro, não é o camponês puro. Mas sim um camponês brasileiro em constante transformação e adaptação, e que nos aparece, neste artigo, sob a forma específica do assentado rural.

Na próxima sessão, será abordada a conexão entre o campesinato e o processo de luta desencadeado no campo brasileiro e com movimentos como o MST, consubstanciando nosso argumento de que o assentado pode ser considerado uma categoria de camponês e que pode, portanto, ser compreendido por meio das características camponesas.

A luta pelo modo de vida e trabalho camponês

Existe a propensão de se encarar o campesinato como uma categoria retrógrada, ou de analisá-lo com os conhecimentos que se tem acerca do proletariado.

As transformações pelas quais passou e ainda passa o campesinato no capitalismo foram compreendidas predominantemente de duas maneiras: (i) como um processo que resultaria no fim do campesinato; (ii) como um processo de recriação camponesa, que persiste e dialoga com o sistema capitalista.

Dentro de uma perspectiva determinista, que ainda é predominante, a expansão do capitalismo faria desaparecer o campesinato enquanto as formas familiares de produção agrícola continuariam a existir, através do "agricultor familiar moderno". O agricultor familiar moderno seria bastante influenciado pelo mercado e pelos mecanismos de preço na hora de tomar decisões referentes à produção. Pode-se dizer que o agricultor familiar moderno estaria mais próximo de uma racionalidade econômica. Esse discurso afirma a dissolução do campesinato, transformado o mesmo em empresas capitalistas, proletários ou dependentes de políticas públicas (CARVALHO, 2005).

Entretanto, nesta pesquisa, parte-se do pressuposto de que o campesinato está se recriando e se transformando, mas não desaparecendo. Corrobora-se com a idéia defendida por Wanderley (1996) que a integração das coletividades camponesas não elimina seu sistema de valores e suas formas de sociabilidade, que o processo de transformação engloba dissolução e conservação simultaneamente.

Cada coletividade reage de uma maneira específica com vistas à preservação de sua originalidade, de forma que não se pode falar de um processo de assimilação. As mudanças na agricultura, na forma de produzir, na vida social e na própria lógica familiar dos agricultores que têm ocorrido, fazem com que surjam pontos de ruptura e de continuidade entre o

“camponês” e o “agricultor familiar”, ou seja, permanências e mudanças simultâneas (WANDERLEY, 1996).

Mesmo quando se trata dos agricultores familiares, eles não podem ser considerados uma invenção moderna, mas pessoas com tradições camponesas se adaptando à nova realidade (AGUIAR, 2005). Pode-se dizer que a racionalidade camponesa tem sofrido diversas mudanças, em diversos graus de intensidade, no contato com outras concepções de mundo presentes na sociedade capitalista, contribuindo para o surgimento de uma enorme diversidade de formas de apropriação da natureza (CARVALHO, 2005).

O campesinato não é observado enquanto reacionárioⁱⁱ ou fadado ao desaparecimento, mas como resistente – à proletarização e à latifundização – e persistente, capaz de se adaptar. Mesmo que hoje seja predominantemente afirmada a inviabilidade histórica do campesinato, assim como sua postura como contra-revolucionária ou reacionária, ele está bastante presente tanto na história quanto nas lutas sociais (CARVALHO, 2005).

Apesar de fazer-se presente nas lutas, o campesinato não intenta o poder. Pode-se dizer que mesmo quando realiza alianças com outras categorias sociais, ele busca sempre recriar e manter suas condições de vida e trabalho. Esse fato não reduz em nada a significação revolucionária de sua luta, que não se traduz em uma postura de enfrentamento frontal e explícito, mas numa luta pela preservação de seus valores e pela afirmação da comunidade.

A luta camponesa continua a ser um movimento radical e revolucionário, uma vez que continua a representar um obstáculo à expansão do capitalismo no impedimento da monopolização das terras, na resistência à proletarização e na afirmação do valor de uso sobre o valor de troca assim como de um modo de trabalhar com conotações comunitárias (IANNI, 2005).

O campesinato representa, acima de tudo, um modo de organizar a vida, uma cultura, uma visão de mundo, do trabalho, do produto do trabalho. Ele se torna uma força relevante porque mostra não apenas uma participação política, mas uma maneira de ser e existir no mundo, apontando para uma forma alternativa de organizar a vida através de uma proposta social e cultural (IANNI, 2005).

A segunda metade do século XX no Brasil foi marcada por intensa violência por parte dos setores dominantes da sociedade, infligida no sentido de transformar os camponeses em proletários, situação que se intensificou especialmente na década de 70, quando a expulsão dos trabalhadores das terras onde costumavam morar e produzir seus roçados nas usinas tornou-se mais constanteⁱⁱⁱ (DABAT, 2007).

Este movimento contribuiu para a união dos camponeses, tal qual descrita por Martin (2008, p. 5): "Os camponeses se constituem numa classe que se constrói no fazer-se da luta pela defesa de seus valores, de sua formação social e cultural" e as transformações pelas quais passa no processo de luta são parte integrante da identidade camponesa, não a negação da mesma.

Desta forma que, na segunda metade do século XX “a historiografia reconheceu um ‘despertar das massas’ canavieiras nos movimentos sociais como Ligas Camponesas e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais” (DABAT, 2007, p. 110). As Ligas Camponesas ganharam projeção nacional e contribuíram para a consolidação de uma representação do campesinato como ator político resistente à proletarização, ao modelo do sistema capitalista, à expropriação gerada

pelo latifúndio, e que buscava seu lugar social. Grande parte dos camponeses preferiu a luta à migração, buscando através da luta recriar novas possibilidades de permanência na terra. É disto que resulta a continuidade da luta camponesa através de sindicatos e de novos movimentos sociais na década de 70 e posteriormente (MARTIN, 2008).

O processo de expropriação a que foram submetidos posseiros, tribos indígenas e pequenos proprietários a fim de se aumentar a produção por parte dos grandes proprietários ou de se construir obras faraônicas como a usina de Itaipu, contribuíram para a formação de movimentos sociais como o Movimento dos Atingidos por Barragens (SILVA, 2004). Foi a partir de movimentos dos atingidos por barragens, como o movimento Justiça pela Terra que surgiu o Movimento dos Agricultores Sem Terra no Oeste Paranaense (Mastro). Pouco depois, haverá a organização do Movimento do Trabalhador Sem Terra do Sudoeste do Paraná (Mastes). O movimento de reorganização da luta pela terra, que se inicia em finais da década de 70, vai ganhar caráter nacional a partir da atuação da Igreja (através da Comissão Pastoral da Terra - CPT) ao lado do movimento sindical rural. Desta organização inicial, ocorrerá, em 1984, na cidade de Cascavel (oeste do Paraná), a decisão de aglutinação de todos os movimentos surgidos nos estados do sul sob a sigla do MST – uma organização de caráter nacional (BRENNEISEN, 2002).

No processo de consolidação do MST, foi forjada a identidade do trabalhador rural "sem-terra", que possui uma forma de organização e identidade próprias (AGUIAR, 2005). O trabalhador rural "sem-terra" assentado pode ser considerado como uma nova categoria de camponês, já que possui forma de organização e identidade próprias. Mas a identidade "sem terra" não deve ser compreendida separadamente de suas raízes camponesas (MARTIN, 2008).

Essa identidade foi forjada no processo de consolidação do MST, que surgiu no campo brasileiro em um período de crescente diferenciação social e violência rural com o objetivo de fazer pressões sociais para alterar o padrão de distribuição de terras consolidado no Brasil (AGUIAR, 2005).

O trato da terra

Para a realização desta pesquisa, a abordagem qualitativa foi escolhida porque permite acesso a informações detalhadas de um pequeno número de casos, e a conseqüente compreensão em profundidade de determinadas situações. Esta abordagem torna-se uma maneira privilegiada de adentrar não só na subjetividade dos indivíduos, mas também de relacionar os acontecimentos da região à suas trajetórias e escolhas (BECKER, 1997).

Particularmente, esta pesquisa se classifica como um estudo qualitativo básico ou genérico. Merriam (1998, p. 11) recomenda adotar esse rótulo guarda-chuva para pesquisas cuja análise dos dados tipicamente conduz a uma identificação de padrões recorrentes (na forma de categorias, fatores, variáveis, temas), mediante o emparelhamento com conceitos, modelos e teorias.

No período entre agosto de 2009 e julho de 2010 foram realizadas 15 visitas a campo e 27 entrevistas com assentados, dirigentes e acampados ligados ao Chico Mendes III. Todos os nomes de dirigentes, coordenadores e assentados entrevistados foram preservados, de forma que são identificados ao longo da análise através de sua posição no Assentamento seguida de uma letra.

Foi realizado o processo de observação não-participante promovido através da vivência periódica no campo, havendo oportunidades de presenciar detalhes da vida cotidiana familiar e do trabalho dos assentados. A reconstituição de suas histórias de vida até a chegada ao acampamento, através das entrevistas, foi importante para compreender as relações de trabalho que se estabelecem no local. O maior contato se deu com os próprios assentados e com os dirigentes que conviviam diretamente dentro do Assentamento. O contato com o escritório do MST foi esporádico, com o objetivo de coleta de documentos institucionais e de realização de entrevistas. Não houve visitas a outros assentamentos do Movimento, nem entrevistas com outros mediadores, como por exemplo, o INCRA.

Como é próprio das pesquisas de base qualitativa, a leitura do referencial utilizado nesta pesquisa foi feita simultaneamente às visitas de campo, e influenciadas por estas. As questões e necessidades que emergiram do contato com a realidade do Chico Mendes III guiaram grande parte da seleção do material bibliográfico utilizado.

Desta forma, foram realizadas, além das pesquisas bibliográficas e documental, entrevistas não-estruturadas e observação não-participante como métodos de coleta de dados primários (RICHARDSON, 1999).

A interpretação dos dados obtidos foi feita através do método de análise de conteúdo e a comparação própria desta análise se deu entre categorias relacionadas ao referencial sobre campesinato e a realidade dos assentados. A unidade de registro escolhida foi o tema, posto que pareceu mais apropriado para delinear valores, atitudes e crenças daqueles que produzem as mensagens, uma vez que a realidade do tema é de ordem psicológica, buscando sempre o sentido atribuído às frases (RICHARDSON, 1999).

A Colheita

Um breve histórico do Assentamento Chico Mendes III

Em 28 de março de 2004 foi feita a primeira ocupação do Engenho São João, parte integrante do Complexo da Usina Tiúma, na época inativa havia 17 anos. A Usina é composta por 7 engenhos e, desde a primeira ocupação, o MST e os trabalhadores rurais reivindicavam a desapropriação de pelos menos três deles: General, Tapacura e São João (MST, 2009b).

Em julho de 2005, as 500 famílias que viviam no acampamento sofreram um despejo pelo batalhão de choque da Polícia Militar. No dia 19 de julho de 2005, elas voltaram a acampar na pista em frente ao Engenho São João, uma vez que haviam recebido a permissão judicial para retirar das terras o resultado de sua plantação, durante um período de 8 meses. Quando faltavam poucos dias para acabar o referido período, o MST reocupou o engenho.

A área do Engenho São João foi reocupada durante a Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária, em abril de 2006 (MST, 2008). O número de famílias que voltou a ocupar as terras, entretanto, foi bem menor. Em agosto do mesmo ano uma nova liminar de reintegração de posse foi liberada e iniciou-se uma nova ameaça de despejo. O acampamento foi novamente cercado por cerca de 500 policiais do batalhão de choque (MST, 2008). Entretanto, desta vez as 300 famílias acampadas se recusaram a sair do local (MST, 2006). Além dessa resistência, houve negociações entre os Governos estadual e federal que terminaram por evitar o despejo. Na época em que o despejo foi suspenso, por um período de noventa dias, o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) negociava com a Votorantim^{iv} (grupo proprietário)

as terras para reforma agrária em troca das dívidas que a Usina Tiúma tinha com a União (TERRA DE DIREITOS, 2006).

Graças à pressão feita na Votorantim, assim como a articulação de grupos de direitos humanos no dia 24 de dezembro de 2007 foi publicado no Diário Oficial o decreto presidencial que declara o Engenho São João área de interesse social para fins de reforma agrária (MST, 2008). Mesmo que o processo de desapropriação tenha sido suspenso por duas vezes, graças a decisões judiciais favoráveis ao grupo Votorantim, o Incra consegue reverter a situação e no dia 14 de outubro de 2008 recebe a imissão de posse do Engenho São João (BRASIL, 2008). As fases desse processo de luta inicial estão descritas no quadro 1, abaixo:

Quadro 1 – Fases da luta pela desapropriação do Engenho São João

Março 2004	Primeira ocupação do engenho São João
Julho 2005	Primeiro despejo das famílias acampadas
	Acampamento montado em frente ao engenho
Abril 2006	Reocupação do Engenho São João durante a Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária
Agosto 2006	Nova ameaça de despejo
	Acampados resistem e permanecem na terra
	Início da negociação entre Governos federal e estadual, Incra, Votorantim.
Dezembro de 2007	Engenho de São João declarado como área de interesse social para fins de reforma agrária
Outubro de 2008	Incra recebe a Imissão de Posse do engenho São João

Fonte – Elaborado pelas autoras.

A luta das pessoas envolvidas nesse processo de disputa não acabou em 2008. Das famílias que se encontravam acampadas no momento da aquisição das terras para reforma agrária, apenas 55 ficaram assentadas (MST, 2009a). Muitas das famílias que não conseguiram espaço no assentamento dispersaram, outras terminaram por acampar na pista, na entrada do Assentamento, formando um novo acampamento, chamado Maria Paraíba. Essas famílias continuam na espera para que os outros engenhos reivindicados para a reforma agrária sejam obtidos - o engenho General e o Tapacurá.

Além da disputa pelos dois engenhos restantes continuar, a luta dentro do próprio Assentamento Chico Mendes se prolongou. Depois de todo o processo de luta por que passaram, os assentados precisam passar por uma nova ocupação: estão ocupando as suas próprias terras, que foram invadidas pelo empresário Theobaldo Melo, para negócios agropecuários. “[Theobaldo] e cercou toda a área, encheu de boi e apresentou ao governo um belo projeto para implantação de um condomínio residencial no meio do assentamento” (MST, 2009a).

O empresário hoje está ocupando 144 hectares das terras destinadas ao Assentamento e esta situação está inviabilizando o progresso da organização do Chico Mendes (MST, 2009a). Até que se defina com quem ficarão esses hectares, as terras individuais destinadas a cada família assentada não podem ser delimitadas, assim como não o podem os espaços destinados às casas da agrovila, nem podem ser instalada a estrutura para fornecimento de energia elétrica ao local. O acampamento que mais parecia uma "cidade" e que tinha uma memorável produção, hoje é um assentamento com pouca produtividade.

Neste processo continuado de lutas, as famílias do Chico Mendes tiveram que sair de suas casas para um acampamento provisório dentro das terras invadidas por Theobaldo, em outubro de 2009. Até o momento do final da pesquisa (maio de 2010)_os assentados do Chico Mendes estão se revezando na ocupação das terras em disputa e aguardando o desfecho do processo judicial.

A caracterização do trabalho dos assentados

A história do campesinato brasileiro é uma história de luta pelo modo de vida camponês (MARTIN, 2008). Autores conferem a resistência no campesinato está caracterizada pela resistência à proletarização (CARVALHO, 2005; IANNI, 2005). A persistência do campesinato no capitalismo parece intrigante quando se consideram as dificuldades existentes para reprodução do modo de vida camponês, relacionada especialmente à falta de acesso à terra para se trabalhar (GARCIA JÚNIOR, 1983).

O período de expropriação dos moradores de engenho no campo assim como a falência de usinas contribuíram para a proletarização do campesinato e para o êxodo rural (DABAT, 2007). A grande maioria dos assentados do Chico Mendes III vivenciou esse processo, como demonstra o depoimento da Assentada A: "Nasci e me criei no campo... com uns 15 anos que eu fui pra rua, foi tempo que a usina fechou... derrubou meu pai... ai a gente comprou uma casinha na rua, um terreno".

Nas cidades ou, como dizem, na "rua", os pais dos assentados, que eram agricultores, e os próprios assentados, que algumas vezes foram agricultores outras vezes não tiveram essa oportunidade, começaram a trabalhar geralmente como, donas da casa, faxineiras, motoristas, taxistas, pedreiros ou vigias (Assentada e Dirigente B).

os próprios usineiros expulsaram eles [os assentados] de dentro das terras deles. Nossas a favelas... Se fizer uma pesquisa nas favelas de onde vieram os pais deles, vieram tudo da zona rural. Mas por quê? Porque tiraram eles, não deram condições deles viverem dentro da zona rural, porque a cana de açúcar expulsou todos eles. Porque ou você mora aqui, mora dentro das usinas, e seus filhos só vivem de plantar cana, para teu filho morrer de plantar cana lá, ou tu vai para a cidade para teu filho comer e para você trabalhar para ter uma vida, e para pelo menos ter direito de alguma coisa e quando chega lá não tem. [...] Essas pessoas muitas vezes voltam. (Assentada e Dirigente B)

Assim fica para os agricultores a opção de trabalharem como proletários rurais (nas usinas de cana de açúcar) ou urbanos. Nessas situações, a transformação dos filhos dos camponeses em outras categorias sociais não é parte integrante de uma estratégia de reprodução (GARCIA JÚNIOR, 1983), ao contrário, representa um processo de proletarização (DABAT, 2007).

O fato de que os assentados do Chico Mendes III tiveram trajetórias de vidas representadas pela expropriação e por um processo de proletarização é bastante significativo quando se considera a relação que estabelecem com a terra. Muitos dos assentados eram proletários rurais, ou seja, trabalhadores de usinas (em especial da própria Usina Tiúma) que não possuíam sequer sítios ou roçados para plantarem lavouras de subsistência. Disso resulta a dificuldade^v que demonstram para se adaptarem a uma agricultura baseada na policultura e em práticas agroecológicas, incentivadas pelo MST (MST, 2009c).

A gente tem agricultor aqui? Não tem! A gente tem plantador de cana, plantador de lavoura. Perguntar se sabe plantar tomate, cebola? Uva? Não sabe! Quando vê, fica assim: "que coisa linda, eu quero também!" Porque a vida toda foi plantando cana, batata, milho, macaxeira e feijão de corda. Só esse tipo de cultura [...]. (Assentada e ex-dirigente C)

De toda forma, a oportunidade de se juntar ao MST na luta pela terra se mostrou como resultado de um desejo de voltar à terra convivendo com uma necessidade de voltar à terra. Essa necessidade ficou demonstrada pelo fato de que muitos dos assentados e acampados estavam desempregados e sem perspectivas de melhoria na qualidade de vida nas cidades, de forma que a luta pela terra se mostrou a muitos deles como uma forma de garantir a sobrevivência. O desejo de voltar à terra estava representado pelas expressões de nostalgias e de amor ao trabalho no campo, assim como do desejo de garantir às gerações futuras a permanência no campo. A fala da Assentada D e da Assentada E, respectivamente, são apenas exemplos ilustrativos de uma expressão recorrente nos entrevistados: "Eu vou pegar uma terrinha para deixar para os meninos"; "Meus filhos tem que ter um pedaço de terra para fazer uma casinha, eu queria isso...".

A vivência no campo mostrou que para os assentados o ingresso no MST e na luta do Chico Mendes III era simultaneamente uma oportunidade de voltar ao campo e de resistir à proletarização e um resultado da exclusão social a que foram submetidos nas cidades.

Ianni (2005) afirma que a resistência à proletarização está associada a uma afirmação do valor de uso sobre o valor de troca. Os depoimentos colhidos durante a vivência no campo permitem apontar para uma valorização do ter à vontade e da fartura.

E hoje, é diferente porque aqui tenho inhame, macaxeira, milho, feijão, maracujá, mamão, tem manga, tem banana. E a gente compra essas coisas? Não, temos à vontade [...] tudo nós temos, a gente não compra nada, apenas nós temos para vender...! (Assentado F)

Porque eu gosto de fartura, de ter aquiço! Eu não fico correndo atrás de trocadinho, de vender um pouquinho aqui, um ali... eu não! Eu prefiro a fartura! Chegar ali e cortar um cacho de banana maduro, é o maior prazer chegar 3 ou 4 companheiros e eu 'óia, tem banana madura, quer comer? Quer levar?' [...] (Assentado G)

O depoimento do Assentado G demonstra ainda como é preferível compartilhar o resultado da produção com a família e com amigos do que receber um "trocadinho" por ela. Se o produto do trabalho do agricultor é valor de uso que pode ser convertido em valor de troca, não necessariamente essa conversão é desejável. Essa relação estabelecida entre o valor de uso e o valor de troca demonstra a presença da racionalidade específica camponesa apontada por Chayanov (apud CARVALHO, 2005) em contraposição à racionalidade econômica, apontada por Gorz (2003).

Dos 25 entrevistados no Assentamento Chico Mendes III, apenas dois moravam com a família (eram cônjuges e moravam com os filhos). O restante dos entrevistados morava só e, em alguns casos, apenas com o cônjuge. Essa situação impossibilitou uma análise mais profunda das relações de trabalho estabelecida entre familiares, entretanto, não excluiu a possibilidade

de caracterizar uma racionalidade não-econômica na distribuição do produto do trabalho com amigos e com familiares que moram fora do assentamento.

Por exemplo, o Assentado F afirma que: "Eu como, eu vendo e eu dou! E não só dou os piores não, eu ofereço o melhor". Assim como ele, o Assentado G diz que:

dou um cacho a um colega, um a outro, um a outro.. eu planto para o consumo da minha família, minha família é grande, vem pegar uma coisa e outra aqui.. e eu tenho vontade de ter sempre, para poder dar...! Quando sobra macaxeira, eu vendo né? Só quando sobra.. [...] Eu planto, mas eu não vivo pegando dinheiro disso aqui... (Assentado G)

Pode-se perceber que, como afirma Garcia Júnior (1983), não há nenhuma relação direta entre o desempenho do trabalho e o nível de consumo, de forma que mesmo os membros da família que não estão na unidade de trabalho recebem parte do produto da lavoura.

Nos casos acima citados, o dar instaurou-se no lugar do trocar. Não é necessário trocar força de trabalho pelo produto do trabalho, ou dinheiro por mercadoria. Esses casos são importantes e representativos de uma característica fundamental da racionalidade que norteia o trabalho do camponês e que atribui sentido ao mesmo. Entretanto, a afirmação desses casos não exclui a possibilidade de que o valor de troca potencial no produto do trabalho dos camponeses se efetive, mas ilustra a ética que baseia muitas das ações de seus homens.

O mesmo Assentado F que diz que dá e oferece sempre "o melhor" aos outros, por exemplo, diz que: "Faz 6 anos que eu estou aqui, vou fazendo mais de 11 mil reais. Tenho casinha, tenho umas galinhas, umas bezerrinhas". Sua afirmação demonstra que o dinheiro que obteve pela venda do produto de seu trabalho como mercadoria é uma forma de demonstrar o sucesso que possui como agricultor. Afinal, a maioria dos agricultores só vende o que sobra depois de satisfazer o próprio consumo doméstico. Vender em grande quantidade demonstra que o trabalho na lavoura foi grande.

Vou plantar feijão e roça. Vou plantar feijão por quê? Porque as vezes falta feijão em casa, ai eu vou no roçado apanha e come [...] Quando tem muito a gente tira, vende. Vende ali na BR, vende a uma pessoa que vem comprar para revender. [...] Planto para comer e vender também (Assentada D)

Os assentados se relacionam com o mercado e possuem lavouras comerciais (GARCIA JÚNIOR, 1983). Isso não se contrapõe à racionalidade camponesa, desde que a lavoura de troca esteja subordinada à lavoura de subsistência, e a troca não vise o lucro e a acumulação de capital, mas a obtenção de mercadorias necessárias à reprodução familiar, que é central no modo de produção camponês segundo Chayanov (apud CARVALHO, 2005). Em alguns casos, é possível notar o próprio interesse em garantir a construção de um patrimônio familiar - e nesses casos é necessário notar que esse patrimônio muitas vezes funciona como uma estratégia para manter o modo de vida camponês para as gerações futuras (WANDERLEY, 1996).

Da mesma forma, existem assentados que optam por vender suas forças de trabalho. Entretanto, isso não descaracteriza o modo de vida camponês, como lembra Wanderley (1996). Afinal, esses assentados priorizam antes as suas próprias lavouras, trabalhando para terceiros apenas como uma estratégia auxiliar de sobrevivência.

Trabalho fora não. [...] Trabalho aqui mesmo [...] quando tô sem fazer nada, que os meus já tão limpo, eu vou e limpo o dos outros. Ganho 20, ganho 30, ganho 15. Por incrível que pareça quem não tem e planta, ai outro que tem chama [...]. Lavo a roupa dos outros. Faço minha filha! Faço de tudo. Lavo! Eu digo, quanto é? 15 real! Ôxe, já tô lavando na hora! (Assentada D)

Como dito anteriormente, muitos dos assentados possuem experiências como trabalhadores em usinas de cana de açúcar ou nas cidades. Essas experiências externas ao modo de vida camponês exercem influências em suas expectativas de futuro. Desta forma, não se pretende negar a existência, por parte de alguns assentados, do desejo de enriquecimento. O Assentado H, por exemplo, deseja plantar bananas para ganhar "bastante dinheiro" e ter "muito sucesso".

Muito embora uma racionalidade de cunho camponês esteja sendo enfatizada, não se pretende negar as influências que os assentados sofrem por estarem inseridos numa economia de mercado. Mesmo que se relacionem com o mercado de uma maneira específica (GARCIA JÚNIOR, 1983), os assentados ainda assim se relacionam com ele, não sendo, portanto, isolados do mundo.

Eles chegarem lá e comerem no preço que eles querem comprar, e não no que eu quero vender... Eu penso isso... Que eu não tenho leitura, mas eu penso isso. Não é como eu quero vender, o preço lá quem bota é eles... A altura para eu comprar o que eu não tenho é lá eles que botam na maior altura, mas o que eu tenho, se eu quero comprar é de graça! 1kg de macaxeira é 50 centavos, mas eu vou comprar 1kg a farinha é dois reais. Dois reais! (Assentado F)

O depoimento do Assentado F demonstra ter a noção de que não pode controlar os preços de seus produtos, de que termina precisando se submeter aos que são impostos pelas "leis do mercado".

A inserção dos assentados na economia de mercado não termina no fato de que podem usar seus produtos excedentes como valor de troca e de que têm que submeter-se aos preços impostos no mercado. O Assentado F também demonstra compreender a existência da divisão social do trabalho e a importância que o seu trabalho possui neste quadro.

Bota o Brasil para frente... Porque tem uma palavra que diz, se o campo não planta, a cidade não janta. Nós plantando, colhemos, levamos para cidade, todos os funcionários aqueles que trabalham em banco, sentados naqueles birôs, eles tão escrevendo, tão ganhando dinheiro, mas o dinheiro que eles ganham eles não comem, eles comem do que a gente planta... Do que EU vou trabalhar no campo, para levar para lá para eles comprarem... É isso que eu penso... Na minha imaginação para eu não parar de trabalhar, porque eu vejo presidente, governo, todos comendo do meu trabalho... E eu não como do trabalho deles. Ta vendo aí? Eles como grande, muito galantes, gravata e paletó que não tiram do pescoço e eu quando você chegou tava todo meladozinho... E eu me interesse é nisso! É para a cidade se alegrar, ter barriga cheia, arroz, feijão, milho, de tudo (Assentado F)

As noções que possuem com respeito ao mercado, assim como as experiências vividas como proletários urbanos ou rurais, contribuem para que valorizem ainda mais seus trabalhos enquanto camponeses. Um dos principais motivos para isso, é que sentem possuir uma

autonomia relativa (WANDERLEY, 1996), afinal, a especificidade de sua lavoura é alternatividade, ou seja, a possibilidade de ser consumida ou vendida, a depender das circunstâncias da produção e do mercado (GARCIA JÚNIOR, 1983).

Os assentados, portanto, não sentem falta dos tempos em que trabalharam nas cidades ou em usinas, como revela a fala da Assentada /Dirigente E: "eu não me acostumo mais com a rua [na cidade]". Muitos teriam dificuldades para se adaptar novamente a esse tipo de trabalho e talvez jamais sentissem prazer nele. As diferenças entre o trabalho "operário" ou "camponês", como chamam, são enfatizadas freqüentemente.

Trabalhava mais em horas, tinha que bater cartão... e eu gostava mesmo era de mexer com o verde [...] ficava agoniado quando chovia porque queria ver as flores do mato que cresciam depois das chuvas e que eu achava lindas (Assentado I)

A Assentada e Dirigente J, que trabalhou muito tempo "na rua", evidenciou outra perspectiva do trabalho como "operário", quando disse: "Nos hospitais tinha muita sujeira... eu que não queria participar daquilo [...] aqui faço do meu jeito, não tem sujeira". Em sua fala, enfatizou novamente uma das mais listadas vantagens do trabalho no assentamento: a autonomia, traço característico do modo de vida camponês, como descrito por Hebéte (2005).

A fala do Assentado F é emblemática no que se refere à representação da autonomia que os assentados sentem possuir:

Tem muita diferença. Lá o que eu ganhava eu comia. E eu só ganhava o que eles queriam me dar. Nós era obrigado, éramos sujeitos a eles. Fazíamos aquele serviço e ganhávamos muito pouco. Podíamos ter a família que tivesse, nada sobrava para nós. Só era comendo aquela ração que ele dava, ração limitada... E hoje, é diferente porque aqui tenho inhame, macaxeira, milho, feijão, maracujá, mamão, tem manga, tem banana. E a gente compra essas coisas? Não, temos a vontade [...] tudo nós temos, a gente não compra nada, apenas nos temos para vender... Para trabalhador não falta nada! Veja, se eu quiser ir para São Paulo hoje, eu VOU! Porque eu sou trabalhador! (Assentado F)

Pode-se notar em seu depoimento uma autonomia (i) na realização do trabalho, (ii) no domínio sobre o produto do trabalho, (iii) em relação ao mercado e (iv) na condução de sua própria vida pessoal.

Se na contemporaneidade, em especial nas cidades industrializadas, o ambiente de moradia não é mais o ambiente de trabalho e os tempos de lazer e de trabalho estão dissociados e respectivamente associados com liberdade e necessidade/obrigatoriedade (ALBORNOZ, 2008), o mesmo não ocorre no trabalho dos assentados.

No Chico Mendes III o ambiente de moradia e de trabalho, assim como tempo dedicado às necessidades e o dedicado à liberdade estão extremamente imbricados. Não existem horários rígidos e pré-determinados para a realização das atividades. Como diz o Assentado I "o horário é o sol" e "o relógio está na mente". A determinação da rotina de trabalho varia de assentado para assentado e não é imposta externamente, mas se harmoniza com o ritmo e as necessidades de cada um.

Esse trabalho aqui? Significa muito para mim porque todo dia eu saio pro meu roçado, saio despreocupada, lá eu fico perto dos passarinhos, lá eu não vejo fofoca, não vejo fuxico [...]! Saio de cinco horas e vou me embora, lá tem um matinho, eu começo o trabalho, os passarinhos tiririr tiririr, ai eu digo, 'ó meu filho canta ai que eu to trabalhando!' Quando dá 11h eu pego a minha bóia fria, se chama bóia fria, vou pro meu barraco, com uma garrafa d'água, a água quando esquenta por causa do sol, ai sento, como, acendo o caximbo, fico olhando pro meio do mato... Ôxe, eu me sinto aliviada! Ai boto uma tábua no chão me deito dou uma soneca ai quando dá três, três e meia, me levanto e vou pro roçado de novo. Ai pronto! Cinco hora, quatro e meio eu to chegando. Chego tranqüila! (Assentada D)

Muito embora o trabalho sempre esteja associado com o reino das necessidades, o grau de submissão do trabalhador ao trabalho varia (GORZ, 2003). Como pôde ser notado, o assentado tem determinado grau de liberdade na realização do seu trabalho - o que lhe dá prazer.

O meu plano um é só trabalhar, quando eu trabalho, eu como bem, tomo banho, tenho prazer na vida, quando não, eu adoço! Eu não posso ficar parado [...] Eu gosto! Eu morro pelo meu trabalho! Cada um faz o que gosta! Eu to aqui não é porque sou corrido e de mau vontade não, é porque eu tenho boa vontade de ficar aqui mesmo... se eu vou para a cidade resolver o negocio e passo o dia longe daqui, eu to muito desgostoso.. só to satisfeito se tiver aqui no barraco! (Assentado G)

É por causa do grau de autonomia e liberdade relativos e do prazer contido na realização do trabalho, que as atividades de lazer e trabalho também se imbricam.

Até hoje nenhum [dos] filhos teve vontade de vir para aqui não... isso aqui para eles é um castigo porque eles são acostumados com lazer, né? Aqui o lazer é trabalhar.. aqui não tem uma praia, um restaurante para dia de domingo tomar uma cerveja, tem? Aqui diversão é isso, cabo de enxada e estourar as mãos todinhas cheias de calos [...] Se tu chegasse aqui e eu estivesse deitado vadiando você não saia com saco de feijão, de banana, porque não ia ter... (Assentado G)

Não se configura um tempo livre que é "avesso" ao tempo de trabalho (GORZ, 2003), porque o trabalho possui em si certa autonomia e liberdade. É também por causa desse imbricamento que os assentados não sustentam para com seus trabalhos uma atitude meramente instrumental (GORZ, 2003). O trabalho não é apenas um meio de atingir compensações e de consumir mercadorias, o trabalho tem um valor em si mesmo.

O trabalho do campo é um prazer que nos não podemos parar, e quanto mais trabalhamos, mais gostamos, e para nós é saúde (Assentado I)

Seria simplificar demasiado a condição dos assentados se a análise não incluísse as contradições que surgem na percepção que têm de seus trabalhos graças especialmente a suas trajetórias de vida.

Os assentados possuem em si uma racionalidade de cunho camponês (CARVALHO, 2005) e, simultaneamente, uma racionalidade de cunho econômico (GORZ, 2003), porque estão inseridos no mundo e no mercado, e porque vivenciaram diferentes tipos de trabalhos em suas

trajetórias de vida. Alguns assentados apresentam discursos que, ao mesmo tempo em que valorizam o trabalho camponês, valoriza o trabalho funcionalizado, assalariado (GORZ, 2003). Estes proferem discursos onde desejam o trabalho funcionalizados para os filhos ou para si mesmos:

Se eu fosse jovem eu não ia correr atrás disso não [de ter roçado]. Porque não tem futuro... Futuro é como você jovem puxar a estudar... é com que você vai viver e é com que você vai ajudar seus pais, sua mãe, seus irmãos. Na roçada, ninguém ajuda ninguém... porque não tem condição. Eu consegui comprar 4 terrenos em Camaragibe, mas foi trabalhando em construção, não em roçado não.. (Assentado G)

Os assentados reunidos no Chico Mendes III possuem trajetórias pessoais diversificadas: alguns trabalharam parte da vida como pequenos agricultores, outros trabalharam grande parte da vida em usinas de cana, outro, por fim, nasceram e se criaram nos grandes centros urbanos. Esse fato por si só já aponta que as relações que eles estabelecem com a terra e com o trabalho são diversas. Muito embora este artigo tenha enfatizado as características de trabalho camponês presente na maioria dos assentados, existem alguns que pouco se inserem no quadro aqui exposto e alguns que estabelecem uma relação com a terra quase contraditória à apresentada. Essa situação gera conflitos entre os assentados e entre os assentados e os dirigentes do MST, que não puderam ser trabalhados no presente estudo.

Os frutos

A presente pesquisa mostra uma trajetória de exclusão comum ao campesinato brasileiro: a expropriação, o êxodo rural, a exclusão do mercado de trabalho e o retorno a luta pela terra. É difícil concluir, dentro desse contexto, se o retorno ao campo por meio dos assentamentos rurais foi incitado mais pelo laços com a terra ou pela trajetória de exclusão a que foram submetidos os camponeses pernambucanos.

O anseio de ter o trabalho na terra foi mais realçado pelos assentados do que o desejo de possuir um emprego formal. Contudo, ainda que em proporções menores, apareceram depoimentos que almejavam o trabalho funcionalizado e assalariado e que apontavam que a verdadeira motivação de se estar no assentamento era a exclusão desse tipo de trabalho e não o apego ao campo. Nenhum artigo deve ter a possibilidade de abranger a complexidade das relações de organização e sentido do trabalho presentes num assentamento. Escolhemos um recorte específico (as características camponesas presentes no trabalho dos assentados) e buscamos trazer o maior número de informações sobre o tema. Cabe-nos agora ressaltar que o que se apresenta neste estudo é um quadro ainda incompleto da realidade social em questão e que outras pesquisas podem e devem completar uma visão mais geral da temática, mais especificamente, as relativas à presença da racionalidade econômica nos assentamentos, ao imbricamento da racionalidade econômica e da racionalidade camponesa e aos conflitos que emergem no assentamento por causa dessas diferentes perspectivas.

Muito embora existam perguntas que não foram respondidas e dimensões que não foram propriamente analisadas, elas não nos têm o valor de incitar questionamentos e futuros desdobramentos. Além disso, o artigo pôde apontar a presença da racionalidade camponesa dentro dos assentamentos, hibridizada com a racionalidade econômica, mas ainda identificável.

Podemos perceber que a racionalidade camponesa está presente na organização do trabalho e na distribuição dos produtos do trabalho. O trabalho do assentado também se destaca como diferente e valorizado por elementos como: autonomia, alternatividade, não instrumentalização do trabalho e união com a dimensão do lazer e do prazer.

Esperamos ter contribuído para a construção da visão do campesinato, não como puro, mas como inserido numa relação de permanência e mudanças contínuas. Da mesma forma, esperamos contribuir para uma percepção do trabalho do assentado rural como uma reminiscência do trabalho camponês, modificado, mas também resistente.

Referências

AGUIAR, M. V. A. O campesinato no estado de Mato Grosso: entre pantanais, cerrados e florestas, a diversidade camponesa no estado de Mato Grosso. In: CARVALHO, H. M. (Org.). **O campesinato no século XXI**. Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 125-157.

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

ANTUNES, R. L. C. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Bomtempo, 2002.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento agrário. **Acampamento Chico Mendes (PE) festeja posse da terra**. 21 out 2008. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codinterno/19327>. Acesso em: 23 nov 2009.

BRENNEISEN, E. C. **Relações de poder, dominação e resistência**: o MST e os assentamentos rurais. Cascavel: Edunioeste, 2002.

CARVALHO, H. M. (Org.). **O campesinato no século XXI**. Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

CHAYANOV, A. V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974 apud CARVALHO, H. M. (Org.). **O campesinato no século XXI**. Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

CHAYANOV, A. V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974 apud SILVA, P. M.; ANJOS, F. S.; CASALINHO, H. D.; GAIARDO, A. O modelo de agricultura por trás do PRONAF - programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, XLVII, 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009. v. 1. p. 1-20.

DABAT, C. R. **Moradores de engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: UFPE, 2007.

GARCIA JÚNIOR, A. R. **Terra de trabalho**: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GORZ, A. **Metamorfoses do trabalho**: crítica da razão econômica. São Paulo: Annablume, 2003.

GUERREIRO RAMOS, A. **Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho**. Brasília: Conselho federal de administração, 2009.

HEBÉTTE, J. O campesinato paraense: observações metodológicas preliminares. In: CARVALHO, H. M. (Org.). **O campesinato no século XXI**. Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 93-104.

IANNI, O. A utopia camponesa. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, IX, 1985, São Paulo. Anais... São Paulo: ANPOCS, 1985 In: CARVALHO, H. M. (Org.). **O campesinato no século XXI**. Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

MARTIN, A. M. Terra, trabalho e família: considerações sobre a (re) criação do campesinato brasileiro nos movimentos sociais rurais. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 2, n. 4, p. 1-20, jul./dez. 2008.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1

MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education**. São Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1998.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Acampamento Chico Mendes comemora quatro anos**. 27 março 2008. Disponível em: <<http://lists.indymedia.org/pipermail/cmi-recife/2008-March/0328-7v.html>>. Acesso em: 23 out 2009.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Justiça **suspende despejo de acampamento em Pernambuco**. [data? 2006]. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/informativos/minforma/ultimas2249.htm>>. Acesso em: 23 nov 2009.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Nota da Direção Estadual do MST-PE sobre matéria do Jornal do Comércio**. 28 out 2009a. Disponível em: <<http://www.ombudspe.org.br/?p=496>>. Acesso em: 23 nov 2009.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Sem Terra ocupam área da Votorantim em Pernambuco**. [abril 2009b]. Site. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/1088>>. Acesso em: 23 nov 2009.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Caderno de debate nº 1**: Desafios da luta pela reforma agrária popular e do MST. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2009c.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

ORGANISTA, J. H. C. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 8, n. 7, p. 1-21, jul./dez. 2005.

SILVA, M. A. M. **A luta pela terra: experiência e memória**. São Paulo: UNESP, 2004.

SILVA, P. M.; ANJOS, F. S.; CASALINHO, H. D.; GAIARDO, A. O modelo de agricultura por trás do PRONAF - programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, XLVII, 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009. v. 1. p. 1-20.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XX, 1996, Caxambú. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 1996.

Notas

ⁱ Apesar de Chayanov ter produzido um conceito que tem grande relevância para o presente artigo (racionalidade camponesa) as autoras tiveram dificuldade de ter acesso direto a sua obra, o que, apesar de constituir uma limitação para a compreensão de seu trabalho como um todo, não impediu a compreensão do referido conceito a partir de leituras indiretas.

ⁱⁱ O marxismo ortodoxo vê o proletário como agente revolucionário, enquanto o camponês é considerado por muitos autores desta linha como apegado à propriedade privada (GUZMAN; MOLINA, 2005).

ⁱⁱⁱ Esses trabalhadores são comumente denominados "moradores do engenho". Eles tinham relações de trabalho específicas e permissão para morarem dentro do engenho, em sítios onde podiam produzir parte do que consumiam. Com o aumento da região destinada à plantação de cana e com o início da luta por direitos trabalhistas no campo, foram sendo gradualmente expulsos dos sítios. Não cabe neste artigo um aprofundamento sobre o assunto. Para os interessados, sugere-se a leitura de Dabat (2007).

^{iv} Empresa brasileira que concentra sua atuação em setores de base da economia, como cimento, mineração, celulose e etc.

^v A dificuldade provém de uma prática e uma racionalidade diversa associada ao trabalho, adquirida com os anos de vivência estabelecida no corte da cana. Esse assunto será mais detalhado adiante.

Mariana Fernandes da Cunha Loureiro Amorim

Bacharelada em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do CNPq. Endereço: Universidade Federal de Pernambuco, Observatório da Realidade Organizacional, Av. Prof. Moraes Rêgo, 1235, Cidade Universitária, Recife – PE. CEP: 50670-901. E-mail: marifclamorim@gmail.com.

Débora Coutinho Paschoal Dourado

Doutora em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (2007). Professora Adjunta da Universidade Federal de Pernambuco. Endereço: Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Administrativas. Av. Prof. Moraes Rêgo, 1235, Cidade Universitária, Recife – PE. CEP: 50670-901. E-mail: dcpdourado@gmail.com.

Danielle de Araújo Bispo

Mestranda em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (2008). Bolsista do CNPq. Endereço: Universidade Federal de Pernambuco, Observatório da Realidade Organizacional, Av. Prof. Moraes Rêgo, 1235, Cidade Universitária, Recife – PE. CEP: 50670-901. E-mail: daniellefederal@gmail.com.